

Mudam-se os tempos, mudam-se as notícias? A cobertura jornalística de crianças no *Público* e *Diário de Notícias* em 2000 e 2005

Cristina Ponte

FCSH/Universidade Nova de Lisboa

Resumo:

Este artigo actualiza o tratamento de questões relacionadas com crianças (0-14 anos) no *Público* e *Diário de Notícias*, encontrado em 2000. Cinco anos depois, a Educação triplica em número de peças e marca o espaço Opinião, antes residual. Numa geografia agora mais nacional, são peças associadas a situações de risco social as mais numerosas, e também aumentam notícias sobre produtos e produções para crianças. Sustenta-se que esta cobertura se orienta sobretudo para a esfera privada das famílias e para a sua gestão individualizada de riscos e responsabilidades, continuando a pontuar fronteiras entre as *nossas crianças* e as *outras*.

Palavras-chave:

Análise de imprensa; Crianças em notícia; Risco Social; Educação; Consumo.

Pontos de partida

Que notícias referem crianças nas páginas dos jornais portugueses e como têm variado com as ansiedades familiares sobre o seu presente e futuro em crescendo em tempos de globalização e de uma crescente orientação para a gestão individualizada dos seus riscos? Que padrões noticiosos têm sido encontrados e como podem influenciar os discursos sociais, incluindo os das próprias crianças? Estas são questões que nortearam o Projecto *Crianças e Jovens em Notícia*¹.

Este Projecto vem na continuidade de uma pesquisa longitudinal sobre a noticiabilidade das crianças (0-14 anos) na imprensa de informação geral, que analisou as notícias do Diário de Notícias (DN), em intervalos de cinco anos, de 1970 a 2000, ano em que incluiu também o jornal Público (Ponte, 2005). Cinco anos depois, um dos seus objectivos é actualizar os resultados encontrados nesses dois jornais.

O olhar longitudinal sobre três décadas de notícias evidenciou os seus tempos sociais e as considerações sobre a infância. Em 1970, sob censura, quase metade das peças do DN dava conta de acidentes locais que vitimavam crianças “desditosas”, enquanto em 1975 se destacava a exigência de “creches para crianças e asilos para velinhos”: nas suas diferenças, são duas traduções de um país pré-moderno em matéria de segurança e de protecção à infância. A partir de 1980, a subida do número de peças é constante e particularmente acentuada em 1995 e 2000. Continuam a destacar-se acidentes e abandonos, mas emergem as condições de acesso a cuidados básicos de saúde, educação e assistência, na que foi uma década de modernização. Em 1990, surge pela primeira vez a designação de “criança em risco”, associada a situações de abandono. Outras situações de risco são associadas a novas doenças, como a sida, e a novos produtos e consumos. Nessa década, a violência sexual sobre crianças (traduzida por “pedofilia”) e actos de delinquência infanto-juvenil alargaram outras percepções de risco.

A investigação internacional confirma o aumento da presença de crianças nas notícias a partir dos anos 1980, quando se intensifica a orientação para o mercado, traduzida numa atenção a matérias da esfera familiar dos leitores, na procura de captação de novos públicos (Altheide, 2002; Freedman, 1996; Kunkel, 1996). Nos anos 1990, por seu lado, na sequência da Convenção dos Direitos da Criança emergem movimentos sociais de defesa dos direitos da criança, pugnando por outra visibilidade noticiosa às suas problemáticas, e destacam-se recomendações feitas pela Federação Internacional de Jornalistas², para uma atenção, acompanhamento e avaliação dos problemas relacionados com crianças e infância, entendidos como questões públicas (Goonasekera, 2001; Jempson, 2003). No Brasil, a avaliação da Agência de Notícias dos Direitos da Criança (ANDI), que há mais de uma década tem vindo a ter um papel activo nesse sentido, tem dado conta da dificuldade de certas matérias serem tratadas nesse registo³.

Um recuo que coloque os *media* noticiosos no interior das sociedades contemporâneas e das suas tendências de risco, globalização e individualização (Giddens, 1991; Beck, 1992; Beck & Beck-Gernsheim, 2002) poderá ajudar a entender por que certas coberturas jornalísticas crescem e se diversificam enquanto outras pouco mudam, apesar da sua relevância pública.

Risco, individualização e globalização

Nas últimas décadas, as reconfigurações conjugais imbricaram-se no lugar e no estatuto da criança no seio da família. Ter filhos tornou-se uma escolha planificada e combinada nas suas dimensões económica e simbólica, e decisões como a escolha da escola e do modelo educativo traduzem perspectivas face ao presente e futuro. À consagração do acesso e sucesso educativos e integração social, ideais da modernidade, juntam-se preocupações de distinção e prestígio, na construção activa de uma “nova modernidade educativa, mais próxima do discurso da individualização” (Almeida e Vieira, 2006: 67). A forte presença de temas de educação e da *criança aluno* nestas notícias – do que falam e do que não falam – vai ao encontro dessas preocupações.

O mundo social das crianças, mais raras nas famílias, está cada vez mais remetido para espaços considerados seguros, controlados, institucionalizados. Numa “geografia dos medos parentais” (Valentine, 2004), o espaço público tende a ser visto como inseguro e o próprio espaço privado da casa parece ameaçado pelo exterior, pelos conteúdos e contactos que chegam pela televisão ou Internet.

Como referem Jackson e Scott (1999: 86-7), a “democratização do risco” apresenta-se socialmente mais perniciosa quando ameaça o bem-estar das crianças, envolvendo sobretudo a sexualidade. A crescente ansiedade face ao risco na modernidade avançada junta-se ao discurso modernista da protecção, que vê as crianças como seres vulneráveis e inocentes. A fusão destas duas perspectivas acentua a tónica na prevenção e a necessidade e exigência de uma constante vigilância por parte dos pais preenche páginas de imprensa, com a pediatria e a psicologia a liderarem. Novas escritas e valores jornalísticos “pós-modernos”, como o artigo de aconselhamento, as histórias cordiais e a orientação para a esfera privada contrastam com a escrita e os valores “clássicos” do jornalismo, com predomínio de critérios como a polémica, a amplitude, o impacto social, a negatividade, o conflito (Hartley, 1998).

Nestas e noutras matérias de gestão de risco, os *media* constituem uma das principais fontes de informação para a percepção parental dos espaços e da segurança, e crimes que envolvem crianças são das matérias mais destacadas pelas notícias. Centradas no evento singular, criam com frequência estereótipos de assassinos, representados em termos sub-humanos, com uma ênfase no diabólico e na loucura; em simultâneo, acentuam o medo e criam uma distância entre *nós* e *elas*, metafórica e espacial, na medida em que implicitamente *elas* estão lá fora, no espaço público, e não nas *nossas casas* (Valentine, 2004: 21). Apesar de reconhecerem que as notícias exageram na cobertura de casos raros e extremos, os pais consideram que tendo tido por elas conhecimento de

possíveis riscos não podem ignorar essa informação, incorporando-as na sua gestão individualizada.

Uma das vias dessa incorporação é pelo discurso do medo, que Altheide (2002) identificou em crescendo na imprensa norte-americana, num estudo longitudinal que foi de 1987 a 1996, e que o autor associa ao crescimento da lógica do espectáculo no espaço informativo, com os formatos clássicos do jornalismo contaminados pelo entretenimento. A análise realizada aos textos e aos temas publicados nessa década deu conta de que o medo se foi tornando mais difuso, penetrante e sem focalização específica, e que nele as crianças eram especialmente valorizadas como alvo de preocupação.

Por sua vez, o impacto económico dos processos de globalização económica nas condições de vida das crianças no mundo contemporâneo e o modo como vai implicar revisões do conceito de *criança universal* podem ser considerados a múltiplos níveis (Castells, 1998; Rizzini, 2004; Prout, 2005). A pluralidade de infâncias decorre da diversificação crescente das condições sociais, culturais e económicas em que vivem as crianças, e do desenvolvimento social e tecnológico nas comunicações que permite uma proliferação de imagens dessa diversidade. Estas imagens homogeneízam e diversificam simultaneamente a construção local da infância. “Um dos efeitos da globalização é que infâncias como as de crianças de classe média europeia e norte-americana têm sido produzidas e distribuídas pelo mundo, e hoje as infâncias de crianças privilegiadas de Nova Iorque e Nova Deli podem ter mais em comum do que com a maioria das crianças de cada uma dessas cidades”, escreve Prout (2005: 20) que, contudo, acrescenta que sustentar que as crianças pobres não têm infância “é uma consideração normativa, que naturaliza a infância das classes ricas como a única forma de infância” (idem: 13).

Nestes cenários, é crescente a dimensão económica associada às crianças. Nos bens de consumo, crescem as “indústrias da infância”, em termos de produtos a adquirir como também de profissionais empregados. Os consumos orientados para as crianças, a desigualdade no acesso a produtos e produções em constante renovação, o dinamismo das indústrias culturais orientadas para os mais novos e a sugestão/imposição de normativos para se estar “socialmente incluído” constituem uma forte componente da situação socio-económica das crianças, a interferir nas decisões da economia familiar e nas suas prioridades.

O aumento da distância entre países ricos e países pobres tem também impacto nas desigualdades entre as suas crianças e adolescentes. A pobreza produz estigmatizações de raça e de etnia, e a segregação económica reflecte-se nas esferas política, social e psicológica, com desigualdades de género a continuarem a pautar o acesso à educação. Com o aumento dos fluxos migratórios que decorre do empobrecimento e da ausência de perspectivas locais, foram e são afectados

laços familiares e comunitários que envolvem também as crianças, impondo-lhes novos relacionamentos e definições de identidade (Rizzini, 2004).

Se os efeitos da globalização se traduziram para as crianças do Norte em infâncias cada vez mais individualizadas e estratificadas socialmente, foi no Sul que as crianças se tornaram as vítimas mais vulneráveis das políticas económicas da globalização. A consideração da pobreza como negação de um direito humano, incentivada pela Convenção dos Direitos da Criança, procurou trazer para a agenda pública mundial matérias até então distantes dos holofotes, relacionadas com condições de vida de crianças fora do padrão hegemónico vigente no Ocidente: exploração do trabalho infantil, crianças refugiadas ou em fuga de conflitos armados, crianças-soldado, turismo sexual, tráfico de crianças, redes internacionais de adopção ilegal, etc.

A partir destes quadros, vejamos que crianças e que infâncias estão presentes em dois dos jornais de referência portugueses, e como colocam os seus leitores.

A comparação entre 2000 e 2005: questões metodológicas

A comparação da cobertura noticiosa dos mesmos dois jornais no intervalo de cinco anos, um dos objectivos deste Projecto, tem em conta a revisão de opções metodológicas utilizadas na análise de conteúdo do estudo anterior (Ponte, 2005), tanto na forma com que se apresentavam as peças noticiosas como nas suas categorias temáticas.

Continuando a incidir sobre as edições diárias e as revistas dominicais (Pública, Notícias Magazine⁴), a grelha de análise das peças jornalísticas em 2005 teve em conta as mudanças gráficas destes jornais (sobretudo do Público, em 2001) que tornaram a sua informação mais fragmentada. A identificação da unidade de contagem foi feita pela diferenciação do conteúdo e género jornalístico (de informação ou opinião), para sublinhar o espaço total concedido a uma matéria, por vezes com mais de uma página. O critério de inclusão de uma peça foi referir crianças como agentes activos ou sujeitos directa ou indirectamente afectados por eventos e acções de outrem, em lugares de destaque (título, *lead*) ou ainda se tratar de matérias directamente relacionadas com a infância e as idades cobertas (0-14 anos)⁵, como acontece com muitas peças de Educação.

As peças continuaram a ser classificadas pelo lugar onde aparecem (primeira e última páginas, interior), secção editorial, hierarquia na página, extensão, valorização gráfica, imagem, assinatura, género jornalístico, vozes citadas e referidas, localização geográfica, identidades das crianças em texto e imagem e por diferentes categorias temáticas.

Na pesquisa longitudinal anterior, utilizaram-se 26 categorias temáticas, a partir da posição social e simbólica da criança, bem como de ocorrências em que surgia: criança abandonada e maltratada; criança assistida; criança pobre; criança trabalhadora; criança médico-sanitária; criança aluno; criança nacional; acidentes; criança psico-social; criança olímpica, criança herói; criança disputada; criança da ciência; criança universal; criança romântica; nascimentos e eventos insólitos; criança na família; criança delinquente; criança desaparecida; criança traficada; criança cidadã; criança consumidora; criança soldado; criança vítima de guerra e de catástrofes; violência sexual; outros.

Várias destas categorias apontam para situações de risco social, outras para saúde, assistência e protecção, enquanto a criança aluno claramente identifica o campo da educação. Categorias com relevância em anos mais distantes do DN tinham-na perdido, pelo que era necessário proceder a um novo Protocolo de categorias que permitisse também evidenciar de forma mais notória os diversos conjuntos temáticos.

No Protocolo de 2005, algumas categorias foram eliminadas e outras reorganizadas e agregadas em seis temas: 1) Risco Social; 2) Educação; 3) Saúde, Assistência e População; 4) Protecção e Segurança; 5) Comportamentos, Culturas e Consumos; 6) Insólitos e Fait-Divers.

A discriminação das novas categorias pelos temas é a seguinte:

1. Risco Social: Negligências, maus-tratos, abandonos; violência sexual; pobreza; tráfico; crianças vítimas de guerra ou de catástrofes; criança alvo de disputa; criança institucionalizada; trabalho infantil; adopção; outros riscos sociais; funcionamento do sistema de protecção de crianças e jovens; outra situação.

2. Saúde, Assistência, População: Doenças; infra-estruturas e programas de acção de saúde e de assistência; questões demográficas associadas às crianças e sua relação na família; criança da ciência e da técnica; outra situação.

3. Comportamentos, Culturas e Consumos: produtos e produções orientados para crianças; comportamentos, interesses e competências de crianças; iniciativas dirigidas a crianças; criança sujeito (protagonismo); regulações; outra situação.

4. Educação: Políticas de educação; avaliação; condições das escolas; problemáticas sociais; violência; protestos; educação sexual; orientações pedagógicas; recursos; ano lectivo; políticas locais; educação como tema; internacional; outra situação.

5. Prevenção e Segurança: acidentes; políticas, regulações, medidas ou campanhas; outra situação.

6. Insólitos e Fait-Divers: nascimentos e eventos insólitos; filhos de pessoas famosas (“criança olímpica”); campanhas de solidariedade protagonizadas por figuras públicas; outra situação.

Além do tratamento quantitativo, a análise incide também em linguagens dos textos e imagens que, ao representarem eventos e actores sociais, estabelecem relações entre o jornal e os leitores. Essas linguagens promovem ainda um consenso social, um “idioma comum” por formas de nomeação, de inclusão ou de exclusão, ou pelo recurso a uma representação genérica ou específica dos actores sociais envolvidos (Fowler, 1991; Fairclough, 1996; van Leeuwen, 1997). A atenção ao ritmo temporal das notícias (Dumond, in Lits, 1996: 113-114) permite também assinalar padrões narrativos: o *folhetim*, sequência de narrativas produzidas a um certo ritmo, pelo acompanhamento de casos prolongados; a *série*, a presença regular de acontecimentos recorrentes e com frequência relativamente previsível, com a novidade de cada novo evento a confirmar a sua pertença a uma cadeia de eventos anteriores, antecipando que outros se seguirão; o *grande filme*, utilizado em momentos de crise ou noutras formas de interrupção do fluxo habitual, a suplantam os anteriores pela sua dramaticidade e cariz excepcional, com a atribuição de um espaço destacado nas páginas.

Mais peças, novas linguagens, um espaço mais local e nacional em 2005

Nos dois jornais, houve uma notória subida de peças, apesar de estas abran-gerem agora todo o espaço informativo concedido a uma dada matéria, estando menos fragmentadas. As 1818 peças de 2005 representam um aumento de cerca de 50% face às 1221 de 2000, com um crescimento maior no Público (de 561 para 983 peças) do que no DN (de 660 para 835 peças).

Na primeira página dos dois jornais, o número total de destaques (manchetes ou fotografia principal) publicadas em cada ano registou uma pequena subida, de 49 para 59. A presença destacada de matérias associadas a crianças não vai assim além de 8% das primeiras páginas publicadas, não tendo especial visibilidade. Já as chamadas para matérias tratadas no interior quase duplicaram: passaram de 58 para 113 peças.

No interior do jornal, as alterações resultantes dos novos desenhos editoriais fazem-se notar. Em 2005, a maioria das peças continuou a vir na secção Sociedade, que consolidou a sua liderança (45,8%) devido à extinção de páginas como Ciência e Educação.

A mudança mais relevante será o reforço de novas linguagens, de aconselha-mento e opinião. As revistas dominicais triplicaram o número de peças e aumentaram as colunas assinadas por psicólogos, pedopsiquiatras e pediatras. No DN destacaram-se novas páginas orientadas para consumos (Boa Vida, Guia DN), com sugestões de actividades e produtos para crianças. Nos dois jornais, os textos de Opinião deixaram de ser residuais e atingem valores expressivos em 2005: 12,7% no Público e 7,4% no DN, por via sobretudo de

colunas regulares (com destaque para a de Pedro Strecht, *Lugar aos Novos*, no Público), que atingem 5,3%, e de cartas de leitores (5,9%), que escrevem sobretudo sobre Educação e as suas orientações, com a criança aluno essencialmente como destinatária passiva.

Padrões semelhantes nos dois jornais na distribuição de conteúdos relacionados com crianças e infâncias pelas secções editoriais e por géneros jornalísticos são também indicadores de como o seu valor é entendido de forma idêntica. Apesar da subida do número de peças, matérias que envolvem crianças e jovens continuam residuais na Política Nacional (1,3%), não se destacando a sua discussão em sede parlamentar, por exemplo. O seu lugar como tema de abertura regista mesmo uma pequena descida: de 3,1% em 2000 passa para 2% em 2005. A secção Internacional é agora residual (1,7%), enquanto em 2000 pesara o caso Elián Gonzalez, o menino cubano disputado por familiares exilados nos Estados Unidos e configurado como disputa política. O seu tratamento como *folhetim* e *grande filme*, nos dois jornais, contribuiu para os 7,2% desse ano. Por seu lado, estes conteúdos sobem na Cultura/TV (de 7,1 para 9%) e distribuem-se irregularmente pelo espaço Regional/Local, com uma diferença entre jornais: esta secção sobe de 15 para 17% no Público e desce de 10 para 5% no DN, a acentuar as diferenças já encontradas em 2000.

O contraste na extensão das peças que cobrem este tema foi uma das evidências de 2000 que desapareceu em 2005. Em 2000, lideravam no DN peças de parágrafo único (31,1%), as quais não iam além dos 13% no Público, jornal onde textos entre 11 e 20 parágrafos (29%) eram os mais frequentes. As mudanças gráficas deste jornal, em 2001, aproximaram as dimensões dos textos: peças de parágrafo único (breves) ou entre 6 e 10 parágrafos são as mais frequentes em ambos os jornais, ambas a rondar os 30%.

Nos dois jornais, o género jornalístico dominante continua a ser a notícia, que atinge 43,2% em 2005. A reportagem jornalística “clássica” reduz-se e torna-se quase residual (3,7%) nos dois jornais. No DN sobe a reportagem de mercado (5,3%), inexistente no Público. Continuam residuais a entrevista e o editorial e foram publicados apenas dois cartoons, um em cada jornal. A assinatura de jornalistas mulheres continua a ser dominante e destaca-se nas revistas dominicais, mas na autoria externa permanece o domínio masculino, tanto em colunas como em cartas de leitores.

Enquanto em 2000, a proveniência das notícias do espaço local e nacional representava pouco mais de metade das peças, em 2005 apenas uma em cada quatro peças provém de fora do país e destaca-se a redução das que noticiam Cimeiras, Relatórios e Resoluções internacionais sobre a situação mundial da infância: eram 41 peças em 2000, foram apenas 11 em 2005, rareando a articulação entre esse espaço e a situação nacional.

Países europeus estão menos presentes do que em 2000, onde se destacaram as 96 peças do Reino Unido, a maioria sobre violência sexual. Por países prevalecem agora notícias dos Estados Unidos (62), seguidas pela Espanha e Reino Unido (38 cada) e França (28). Residuais continuam a ser peças sobre eventos ou problemáticas de África (1,7%) e América Latina (1,4%). A maior visibilidade da Ásia (4,1%) decorreu do impacto de catástrofes naturais que a atingiram, sobretudo o tsunami.

Os principais temas de 2000 e 2005

Em 2000, verificou-se como que um “imaginário comum” nos dois jornais, pela variação percentual mínima (inferior a 1%) da distribuição das categorias, apesar de os conteúdos noticiosos concretos poucas vezes coincidirem (Ponte, 2005: 260). A exceção a esta diferença mínima aconteceu na Educação, a categoria em si mesma mais abrangente, e onde a página diária do Público estimulou uma produção regular de peças, nomeadamente reportagens com maior atenção ao espaço local e às suas vozes.

Nesse ano, as três categorias mais presentes coincidiram nos dois jornais: à liderança destacada da Educação (11,5% no DN, 17,3% no Público) seguiu-se a *criança disputada* (9,7% no DN, 11,2% no Público) pela visibilidade de casos jurídicos que envolveram crianças, entre elas Elián Gonzalez. Políticas e conteúdos relacionados com Assistência à infância (*criança assistida*) ocuparam o terceiro lugar (7,9% no DN, 7,7% no Público), sobretudo pela agenda sobre adoção e redes de apoio à primeira infância, em peças de página inteira, com trabalhos de reportagem.

Nos lugares seguintes, o DN apresentou a *criança abandonada e maltratada* (5,9%) e a *criança delinquente* (5,8%) enquanto no Público surgiram Acidentes (7,3%) e Violência Sexual (7,1%): duas categorias perenes e duas de emergência mais recente. Somando as categorias que viriam a ser englobadas no risco social (*criança dividida, violência sexual, abandonos e maus tratos, delinquência*), e que estavam nos lugares de topo, verifica-se que ultrapassam a Educação. O Risco Social pode ser assim reconhecido como o tema mais presente em 2000, como o é em 2005.

Cinco anos depois, com mais peças e com a agregação das categorias em temas, os dois jornais diferenciam-se mais, como se pode ver no Quadro I.

Quadro I - Distribuição de peças no *Público* e *DN* (edições diárias e revistas dominicais) por temas e categorias

TEMAS/PEÇAS	Jornais e Revistas				Jornal + Revistas				Total	% Total
	<i>Público</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Notícias Magazine</i>	<i>Pública</i>	<i>Público + Pública</i>	%	<i>DN + Notícias Magazine</i>	%		
Risco Social	349	245	23	11	360	36,62	268	32,10	628	34,54
<i>Violência Sexual</i>	109	62	2	2	111	11,29	64	7,66	175	9,63
<i>Abandono e maus-tratos</i>	81	83	6	0	81	8,24	89	10,66	170	9,35
<i>Delinquência</i>	44	24	0	0	44	4,48	24	2,87	68	3,74
<i>Vítima de guerras/ catástrofes naturais</i>	28	18	1	1	29	2,95	19	2,28	48	2,64
<i>Sistema de protecção</i>	20	14	3	0	20	2,03	17	2,04	37	2,04
<i>Crianças institucionalizadas</i>	18	9	1	0	18	1,83	10	1,20	28	1,54
<i>Tráfico de menores</i>	8	9	1	4	12	1,22	10	1,20	22	1,21
<i>Adopção</i>	10	5	5	0	10	1,02	10	1,20	20	1,10
<i>Pobreza</i>	10	7	0	2	12	1,22	7	0,84	19	1,05
<i>Criança disputada</i>	3	7	3	2	5	0,51	10	1,20	15	0,83
<i>Trabalho infantil</i>	6	2	1	0	6	0,61	3	0,36	9	0,50
<i>Outra situação</i>	12	5	0	0	12	1,22	5	0,60	17	0,94
Educação	293	202	14	5	298	30,32	216	25,87	514	28,27
<i>Políticas governamentais</i>	77	56	1	0	77	7,83	57	6,83	134	7,37
<i>Exames/avaliação</i>	33	20	2	0	33	3,36	22	2,63	55	3,03
<i>Problemáticas sociais</i>	30	15	3	0	30	3,05	18	2,16	48	2,64
<i>Educação como tema</i>	21	21	0	1	22	2,24	21	2,51	43	2,37
<i>Educação sexual</i>	20	19	0	0	20	2,03	19	2,28	39	2,15
<i>Orientações pedagógicas</i>	21	6	2	3	24	2,44	8	0,96	32	1,76
<i>Condições das escolas</i>	19	13	0	0	19	1,93	13	1,56	32	1,76
<i>Caracterização/Internacionais</i>	19	10	0	0	19	1,93	10	1,20	29	1,60
<i>Protestos/greves</i>	16	8	0	1	17	1,73	8	0,96	25	1,38
<i>Crucifixos/religião</i>	11	13	0	0	11	1,12	13	1,56	24	1,32
<i>Violência na escola</i>	8	7	4	0	8	0,81	11	1,32	19	1,05
<i>Recursos educativos/familiares</i>	10	9	0	0	10	1,02	9	1,08	19	1,05
<i>Ano lectivo (calendário)</i>	4	1	2	0	4	0,41	3	0,36	7	0,39
<i>Políticas locais/de escola</i>	2	4	0	0	2	0,20	4	0,48	6	0,33
<i>Outra situação</i>	2	0	0	0	2	0,20	0	0,00	2	0,11
Saúde, Assistência e População	119	81	37	5	124	12,61	118	14,13	242	13,31
<i>Doenças</i>	26	34	4	0	26	2,64	38	4,55	64	3,52
<i>Intervenções/ campanhas para a saúde</i>	33	15	2	0	33	3,36	17	2,04	50	2,75
<i>Questões demográficas</i>	16	4	23	2	18	1,83	27	3,23	45	2,48
<i>Criança da ciência e da técnica</i>	14	15	3	1	15	1,53	18	2,16	33	1,82
<i>Redes e infra-estruturas de saúde</i>	7	4	1	0	7	0,71	5	0,60	12	0,66
<i>Intervenções/ campanhas para a assistência</i>	4	4	0	0	4	0,41	4	0,48	8	0,44
<i>Redes e infra-estruturas de assistência</i>	3	2	0	0	3	0,31	2	0,24	5	0,28
<i>Outra situação</i>	16	3	4	2	18	1,83	7	0,84	25	1,38
Comportamentos, Culturas e Consumos	83	117	26	8	91	9,26	143	17,13	234	12,87
<i>Produtos, produções para crianças</i>	39	69	9	3	42	4,27	78	9,34	120	6,60
<i>Competências, comportamentos e interesses</i>	20	18	4	5	25	2,54	22	2,63	47	2,59
<i>Iniciativas dirigidas a crianças</i>	8	20	7	0	8	0,81	27	3,23	35	1,93
<i>Criança sujeito</i>	7	3	3	0	7	0,71	6	0,72	13	0,72
<i>Regulações</i>	6	6	0	0	6	0,61	6	0,72	12	0,66
<i>Outra situação</i>	3	1	3	0	3	0,31	4	0,48	7	0,39
Prevenção e Segurança	53	45	2	0	53	5,39	47	5,63	100	5,50
<i>Acidentes</i>	36	33	0	0	36	3,66	33	3,95	69	3,80
<i>Políticas públicas para a segurança</i>	8	5	1	0	8	0,81	6	0,72	14	0,77
<i>Estudos, estatísticas</i>	2	3	1	0	2	0,20	4	0,48	6	0,33
<i>Outra situação</i>	7	4	0	0	7	0,71	4	0,48	11	0,61
Insólitos e Fait-Divers	56	42	1	1	57	5,80	43	5,15	100	5,50
<i>Crianças olímpicas</i>	16	24	0	1	17	1,73	24	2,87	41	2,26
<i>Nascimentos e eventos insólitos</i>	25	5	0	0	25	2,54	5	0,60	30	1,65
<i>Campanhas de solidariedade</i>	12	11	0	0	12	1,22	11	1,32	23	1,27
<i>Outra situação</i>	3	2	1	0	3	0,31	3	0,36	6	0,33
Total	953	732	103	30	983	100,00	835	100,00	1818	100,00

As categorias agregadas sob o Risco Social e a Educação continuam a liderar, representando no seu conjunto cerca de 66% da cobertura do Público e cerca de 57% da cobertura do DN. Neste jornal, o seu terceiro tema, Comportamentos, Culturas e Consumos, atinge cerca de 17%, quase o dobro do que recolhe o Público, por via do espaço concedido a peças jornalísticas sobre produtos e actividades dirigidas a crianças e de rubricas/secções próprias. Os três temas restantes (Saúde, Assistência e População; Prevenção e Segurança; Insólitos e Fait-Divers) não registam variações tão grandes entre os dois jornais e os dois últimos coincidem mesmo na casa dos 5%.

As categorias agregadas nos dois jornais, no intervalo de cinco anos, dão conta dos movimentos de ascensão e apagamento de matérias relacionadas com crianças. Vejamos como ilustração os valores recolhidos por alguns temas e categorias, presentes no Quadro II:

Quadro II: Temas e categorias em 2000 e 2005 (P + DN)

Categorias	2000		2005	
	Peças	%	Peças	%
Risco Social	*	*	628	34,54
Violência Sexual	67	5,49	175	9,63
Negligência, Abandono e Maus-Tratos	71	5,81	170	9,35
Delinquência	67	5,49	68	3,74
Vítimas de catástrofes	32	2,62	48	2,64
Tráfico de crianças	24	1,97	22	1,21
Pobreza	14	1,15	19	1,05
Criança Disputada	127	10,40	15	0,83
Trabalho Infantil	28	2,29	9	0,50
Educação	173	14,16	514	28,2
Insólitos e fait-divers⁶	47	3,87	100	5,50
Criança Olímpica	18	1,47	41	2,26
Nascimentos e eventos insólitos	8	0,66	30	1,65

* Valores não disponíveis.

Enquanto as peças de 2005 aumentaram 50% face a 2000, no Risco Social duas categorias quase duplicaram (Violência Sexual, Negligência, Abandono e Maus-Tratos). Por sua vez, a *criança disputada* torna-se tema residual enquanto o Trabalho Infantil regista uma notória descida e quase desaparece, num tempo em que está a adquirir novos contornos. Outras três categorias, associadas sobretudo a territórios distantes (Vítimas de catástrofes, Tráfico e Pobreza) mantêm os seus valores, quase residuais. A Delinquência, que também desce percentualmente, continua a ser o terceiro tema de Risco Social. Mantêm-se assim no topo o “valor jornalístico” da criança vítima de violência ou agressora,

duas configurações opostas mas ambas perturbadoras. Em primeira página, os destaques a categorias de Risco Social, agora mais nacionais, sobem de 21 para 28.

No outro extremo, Insólitos e fait-divers associados a crianças, ainda que residuais nestos dois jornais, registam ambos uma subida em 2005. Em número de peças publicadas nesse ano, as duas categorias incluídas neste tema ultrapassam mesmo quatro das categorias de risco social presentes neste Quadro.

Por sua vez, a Educação duplica em termos percentuais em 2005, e continua em foco na primeira página, onde os seus destaques quase triplicam, passando de 7 para 19. Com muitas categorias, foi sobretudo dominada pelo anúncio de decisões governamentais com impacto na vida escolar e familiar e pela forte contestação de algumas por parte de sindicatos. Aulas de substituição, introdução do inglês no 1º ciclo, prolongamento horário, colocadas em manchete, tiveram um tom em regra positivo, quase de campanha: *Inglês no 1º ciclo avança em mais de duas mil escolas* (P., 5.09). Já questões laborais foram marcadas pela polémica. A negatividade marcou a avaliação de exames, interpelando os encarregados de educação nos seus processos de gestão de riscos no percurso escolar dos filhos (*70% de chumbos nos exames de Matemática do 9º ano*, DN, 12.07). A “crise” nesta disciplina (e da escola pública, por tabela) recolhe diferentes linguagens: notícias e reportagens, análises, cartas de leitores, um dos dois *cartoons* e peças de aconselhamento dirigidas a pais sobre explicações para “fazer face ao desastre das escolas portuguesas” e “abrir as portas ao sucesso” dos seus filhos (Pública, 17.05). Para além da educação como problemática social (minorias étnicas, abandono escolar, alunos com necessidades especiais), que aparece esparsamente, e de matérias de conflituosidade (protestos e greves de professores, famílias e alunos), ocorreram ainda em 2005 temas de controvérsia e expressão de movimentos de contestação à introdução da educação sexual nas escolas ou à retirada de crucifixos das escolas.

Como se pode ver no Quadro I, tiveram uma presença pontual em 2005 categorias como redes e infra-estruturas de saúde e assistência, prevenção e segurança, regulações sobre consumos, todas de reconhecida relevância na situação da infância no país. A sua escassez, a contrastar nalguns casos com a maior atenção que tiveram em 2000, sugere uma cobertura casuística, dependente da não inscrição regular do acompanhamento às políticas de infância na perspectiva dos seus direitos, nestes jornais de referência.

Da criança às crianças e suas identidades

Em 2005, continuaram a predominar nos textos as referências genéricas a crianças, sem marcas de identidade como idade, género, etnia ou estatuto

socio-económico. Tomando como referência os temas agregadores deste ano, vejamos algumas diferenças:

Para além do tema *Insólitos e Fait-Divers*, que se centra quase em exclusivo em crianças singulares e nessa medida as identifica, o tema mais marcado é o Risco Social, apresentando mais características de género, etárias e étnicas nas suas peças, e colocando as crianças em risco social em espaços exteriores, de *desabrigo*, diferenciados das restantes, nas suas imagens. Se as idades se distribuem mais regularmente, há uma sobre-representação de vítimas do sexo feminino (27,7%), seguidas do sexo masculino (17,5%), e a referência étnica, que aparece apenas em 12% dos textos, coloca crianças africanas em primeiro lugar.

Por contraste, o tema menos marcado é a Educação (80% das suas peças não indicam sinais de identidade, de género, idade ou etnia). Constrói assim a criança aluno/estudante universal, apesar da relevância de variáveis como género e etnia no contexto educativo, nas condições de acesso e sucesso escolar.

As imagens com crianças, muitas delas simbólicas, estão presentes em apenas 20% das peças mas são fortes indicadores de inclusão e exclusão. Por idades, predomina os 6-10 anos. Mais de metade apresenta crianças em espaços institucionalizados (escolas, ATLS, hospitais) ou domésticos, quatro vezes mais do que em espaços exteriores, este sobretudo associado ao Risco Social, como vimos. Peças com imagens de crianças brancas e em espaços interiores são quatro vezes mais numerosas do que peças com imagens de crianças africanas e asiáticas, estas fotografadas sobretudo em espaços de exterior, associadas a pobreza e sobretudo como vítimas de catástrofes. São residuais peças com imagens que reúnam crianças de diferentes etnias, nomeadamente no espaço escolar e apenas duas destas apresentam crianças ciganas nesse contexto. Confirma-se assim o predomínio imagético das *nossas crianças*, do prisma dos leitores destes jornais de referência (Ponte, 2002).

Como se traduzem essas marcas de identidade em peças sobre violência sexual, maus-tratos e produtos e produções para crianças, conteúdos entre os mais frequentes em 2005?

A nacionalização da criança vítima de violência sexual

O impacto noticioso do caso Casa Pia é visível em 2005. Em 2000, a maioria das 67 peças publicadas sobre violência sexual sobre crianças era proveniente de fora do país, com destaque para o Reino Unido, Itália e Espanha. As peças nacionais noticiavam condenações de profissionais próximos de crianças (padres, professores), numa série relativamente discreta e na forma de breves. Nesse ano, teve alguma atenção a violência sexual na esfera doméstica, um tema até então pouco tratado, pela atenção a estudos e debates de especialistas

sobre o assunto. Um crime sexual nos Açores, cujo agressor foi detido pela Polícia poucas horas depois, teve destaque em primeira página nos dois jornais e tratamento de *grande filme*.

O caso Casa Pia, que irrompeu em Novembro de 2002, nunca mais deixou de estar na agenda pública. Ao aumento de peças sobre violência sexual (traduzidas no léxico do *violador* e *pedófilo*), distinguiram-se duas coberturas: as que tratavam o caso, em regra assinadas, mais desenvolvidas e contextualizadas, e notícias breves, repetitivas, com menor contraste entre fontes e sobre situações singulares (Sousa, 2006).

No início de 2005, uma das manchetes sobre o tema refere a vaga de denúncias possivelmente desencadeada pelo caso Casa Pia: "*Denúncias de crimes sexuais contra menores quase triplicaram em dois anos*" (P., 28.02). As notícias também quase triplicam em número e duplicam em percentagem (Quadro II), com desigual distribuição: 111 no P., 64 no DN. Quatro em cada cinco são breves e os eventos noticiados raramente coincidem. Predomina agora o *cá dentro* (62%) e, sobretudo no Público, o espaço local, com destaque para Lisboa (12 vezes em título) e os Açores (9 vezes), em registos repetitivos, *de série*, que mapeiam o país (Estremoz, Caminha, Guimarães, Faro, Aveiro, Oeiras, Porto, Funchal, Caldas, Fafe...). A detenção de suspeitos (*Suspeito detido em...*, *Detido alegado pedófilo em...*) suplanta as notícias de condenações em tribunal, maioritárias em 2000.

Julgamentos de redes ou de figuras públicas foram *folhetim* nos dois jornais: Casa Pia⁷, a rede de S. Miguel (conhecida como caso "Farfalha"), o julgamento de Michael Jackson, até à sentença. *Onde param os miúdos do Parque Eduardo VII?* é o tema de uma reportagem do Público, a 1 de Novembro. A 2 de Dezembro, a absolvição de um numeroso grupo anteriormente condenado, em França, proporcionou outro *grande filme*, com manchete nos dois jornais, uma das raras coincidentes (a outra foi sobre o "arrastão", a 11 de Junho). *Absolvições em caso de pedofilia abalam justiça francesa* (DN) e *Pedofilia - Últimos arguidos do Mega-Processo em França foram inocentados* (P) destacam não só o seu impacto público mas também que nesta matéria os adultos podem ser vítimas.

Apesar do elevado número de notícias, este tema raras vezes aparece nas páginas de Opinião: foram publicadas apenas duas cartas de leitores, um editorial e cinco textos de colunistas (Maria Filomena Mónica, Pedro Strech).

Num possível efeito do caso Casa Pia, nestas peças crianças do sexo masculino (32%) surgem ligeiramente mais do que do feminino (28%), quando as estatísticas nacionais apontam que quatro em cada cinco crianças abusadas são meninas. Predomina destacado o grupo etário dos 11 aos 14 anos (23,4%), seguido de longe pelo grupo dos 6-10 anos (8,6%). Prevalece a descontextualização, tendência também registada pela ANDI⁸, que faz notar como a exploração e

violência sexual são das matérias com menor enquadramento como política pública na imprensa brasileira.

Centrada na figura do agente agressor, agora mais *entre nós*, foram escassas as peças sobre violência sexual que alargaram a perspectiva, das dimensões socio-económicas do fenómeno à capacitação das crianças para identificar e resistir, ao seu próprio direito à informação nessa matéria, ignorada nomeadamente na cobertura da polémica sobre a educação sexual, nestes dois jornais.

A perenidade da criança abandonada e maltratada como criança pobre

À luz da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, situações de risco social incluem negligência, abandonos e maus-tratos. São sobretudo abandonos e maus-tratos físicos que chegaram a levar à morte os mais presentes e perenes na imprensa: a sua combinação situa-se quase sempre entre as cinco matérias mais frequentes no DN nos anos analisados entre 1970 e 2000.

Para a subida de 5,8% para 9,3% terá contribuído um dos casos mais dramáticos de crianças maltratadas, o desaparecimento de Joana, uma menina de oito anos, que teve um tratamento desmesurado nos meios de comunicação social, em Setembro de 2004, e que se prolongou na fase de instrução e julgamento, em 2005. O seu rosto tornou-se o símbolo da criança vítima de violência parental e a sua constante evocação nas notícias alimenta o trauma da insegurança e medo em muitas crianças, como a pesquisa que as ouviu deu conta⁹.

Em 2005 ocorreram outros casos de crianças vítimas de grande violência física: o caso Vanessa, uma menina de cinco anos morta devido a maus-tratos de familiares, em Maio, e cujo julgamento decorreu em Dezembro; o caso de uma bebé de Viseu, maltratada e abusada. Estes e outros casos de crianças já sinalizadas por Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco foram veículo para questionar o sistema de protecção e os seus recursos, e também para trazer à luz a legislação existente¹⁰. Os meses de Maio e Dezembro foram picos noticiosos deste tema, e o ano ficou associado a esses casos. A espectacularização esteve mais contida nestes jornais do que noutros meios de comunicação social, perspectivando a situação por vezes como problemática: *Especialistas temem que maus-tratos a crianças provoquem novas mortes* (P., 22.05), *Técnicos de protecção de crianças sem apoio judicial* (DN, 18.12).

Por contraste com a matéria anterior, esta teve visibilidade no espaço Opinião, nomeadamente suscitando sete editoriais, textos de cinco colunistas e de cinco leitores e ainda três análises de jornalistas. Um extenso dossier sobre crianças maltratadas e questões de Justiça e Protecção foi publicado pela Notícias Magazine, na véspera do Dia Mundial da Criança.

Como noutros anos, esta é uma cobertura sobretudo nacional: quatro em cada cinco peças são do país. Mais de metade das crianças referenciadas no texto são do sexo feminino (56,5%), para apenas 11,2% de crianças do sexo masculino, e predominam crianças com menos de 2 anos (27,6%), seguidas das faixas etárias abaixo dos 11 anos. Além da pouca idade, partilham o viverem em “famílias desestruturadas” e em “bairros problemáticos”, o que, como notava Valentine, “acentua o medo e cria uma distância entre nós e eles”, distância simultaneamente metafórica e espacial para os leitores destes jornais: eles estão fora das *suas casas*.

Abandonos e maus-tratos físicos extremos prestam-se também a um tratamento de repetição e um dos seus traços é naturalização de que estes actos envolvem sobretudo mulheres, em histórias eternas e independentes da geografia: *Brasil: Avó mantinha criança de três anos numa jaula* (DN, 12.03); *Espanhola afoga os dois filhos e chama a polícia* (P., 5.06; DN, 6.06); *Alemanha: mãe detida por suspeita de ter morto nove filhos recém-nascidos* (P. 2, 3 e 4 de Agosto; DN, 4 e 7 de Agosto); *Americana atira três filhos ao mar* (DN, 21.10), entre outros títulos. Será outra manifestação do “idioma público” para falar da família e atributos dos seus membros, excluindo a figura masculina desses actos de violência.

Por sua vez, os maus-tratos psíquicos continuaram longe das notícias. Foram escassas, e menos do que em 2000, as peças que perspectivaram os maus-tratos como problemas socialmente transversais e que extravasam a violência física extrema. A negligência, com forte presença nas estatísticas, continuou quase silenciada. Os castigos corporais suscitaram apenas uma peça, a incidir sobre a dissonância entre legislação e práticas familiares: *Conselho da Europa considera que a lei portuguesa protege as crianças de castigos corporais* (P., 21.05). Do prisma dos leitores, as crianças maltratadas aparecem sobretudo como as *outras*, e maltratadas por *outros adultos*.

O valor crescente da criança consumidora

Produtos e produções dirigidas para a criança consumidora situam-se entre as de topo das categorias do Quadro I, tendo subido de 55 peças em 2000 para 120 em 2005. Dois terços estão no DN, que lhe atribui três destaques de primeira página, todos sobre lançamentos da série Harry Potter (filme e livro), que recolhem 10 referências nos dois jornais.

Como em 2000, cabem aqui também matérias sobre consumos e produtos em moda associados a riscos e insegurança: *Pregadores de chupeta apresentam risco de asfixiar* (DN, 28.05); *Ténis com rodas são perigo para as crianças* (DN, 27.05); *Mochilas: um perigo para as costas* (NM, 18.09), este já presente em 2000. A notícia, o género mais frequente (38,3%), chega à secção de Economia: *Marketing: crianças*

dominam o mercado do consumo (DN, 18.12), *Pais de heróis gastam o que não podem no carnaval* (DN, 4.02). A reportagem de mercado atinge 22,5% por via do DN, e a crítica chega a 10,8%. Destacam-se programas de televisão, livros, filmes, peças de teatro e musicais, incluindo rock infantil, moda e decoração. Em 2005, o mundo digital ainda é ultrapassado por brinquedos “clássicos”, sem prescindir do cultivo do erudito e do normativo: *Ópera: Mozart para os mais novos* (DN, 25.09); *Começar a brincar aos fantoches e chegar ao teatro* (DN, 31.08); *Filmes que todas as crianças deveriam ver* (P., 25.07).

Um mundo segmentado, paralelo ao dos adultos está aqui em crescimento: *Jantares de crianças* (NM, 2.02); *Grandes estilistas para miúdos/Fashion Baby* (Pública, 11.12); *Preparativos para a festa: brincar aos cabeleiros* (DN, 27.12), que não descarta a variável género: *Publicação para raparigas chega às bancas* (P, 13.07); *World of Barbie: a boneca que todas querem ter* (DN, 17.09). Esta é uma escrita ligeira, num tom cordial e orientada para a esfera privada das famílias, bem traduzida nos títulos informais. Além de *heróis* e *pequeninos*, aqui as crianças sugeridas nestas notícias são também os *primeiros a ter nova máquina* ou *o seu filho*. As imagens reforçam esta identidade próxima que traça a criança consumidora: das 22 peças com imagens, 19 mostram a criança de “classe média”.

Longe da criança *vítima*, esta é sobretudo a *criança da família*, investida económica e simbolicamente, centro da economia doméstica em famílias onde cada vez mais escasseiam. Reúne em si a individualização do lar e o espaço da globalização.

Padrões e aberturas

Uma análise comparada de um tempo longo possibilita olhares que vão além do contingente e identificam tanto o que aparece muito como o que aparece pouco. Nestas notícias sobre crianças e questões com elas relacionadas, no confronto destes dois anos, este olhar permite evidenciar como se vai tecendo a sua construção social.

Para os Estudos da Infância, evidencia particularmente os vários tempos (pré-modernos, modernos, pós-modernos) que continuam a coexistir na situação das crianças no país, como afirma Ana Nunes de Almeida (2000). Uma comparação destes discursos com os de outros *media* noticiosos europeus poderia, por sua vez, tornar visível de que formas variam os lugares das crianças e das suas infâncias, e as suas imagens, nesse espaço comum que se vai construindo e por um dos discursos socialmente mais poderosos, como é o discurso das notícias.

Para os Estudos do Jornalismo, um estudo comparado longitudinal também permite evidenciar variações difíceis certamente de constatar no dia a dia da

redacção. Ao incidir sobre jornais de referência, este estudo deu conta da subida do número de peças associadas a crianças. Essa subida, verificou-se depois, foi sobretudo marcada por temas de grande visibilidade e impacto emocional (maus-tratos, violência sexual) a nível nacional ao mesmo tempo que se reduzia a atenção a problemáticas da infância a uma escala global, e o seu possível impacto e articulação a nível nacional e local, como mostra a redução de peças sobre Cimeiras internacionais e suas recomendações.

As mudanças editoriais nestes dois jornais de referência traduziram-se num desinvestimento em reportagens e investigação que não marcada pela agenda do momento, neste ano os maus-tratos físicos de grande violência sobre crianças algumas delas já sinalizadas, a questionar as condições de funcionamento das políticas de protecção a crianças em risco. Como esta matéria, muitas outras poderiam ter sido alvo de inquirição, de análise e de reportagem, nomeadamente em áreas como a Prevenção e Segurança, ou a Assistência. Para que isso aconteça será certamente necessária uma sensibilização e formação especializada de jornalistas em matéria de políticas públicas de infância e dos seus direitos, de uma forma articulada.

Cresceu o valor jornalístico da educação, matéria de interesse público e no centro das preocupações das famílias. Num dos jornais evidenciou-se a dimensão económica das crianças como consumidoras, enquanto no outro se destacou a configuração da violência sexual como principal ameaça à segurança das crianças, sem que a cobertura da polémica da educação sexual tenha dado conta do seu direito à informação nessa área. Se em ambos os jornais as políticas de protecção a crianças em risco social estiveram em foco, suscitadas por casos de extrema violência física, o acompanhamento regular de outras políticas de infância, ficou fora das agendas.

A cobertura jornalística continua a suportar-se em casos singulares, que transbordam em cada ano: 2000 foi o ano de Elián; 2005, o das histórias trágicas de Joana e Vanessa e de outros casos de maus-tratos (2007 será o ano de Madelaine McCann e o regresso da “criança disputada”, no drama de Esmeralda). Todas elas são crianças singulares e com nome próprio, não suficientemente resguardadas nem protegidas na sua privacidade. Se alguns destes casos contribuíram para colocar na discussão pública o desrespeito pelos direitos da criança, noutros a exposição dos protagonistas destas histórias atinge tal grau de saturação que parece esvaziar qualquer consideração racional e alimentar um sentimento de insegurança e medo, uma clausura na esfera privada e no recorte de “interesse humano” que afectará negativamente a vinculação social.

Escrevia David Altheide no seu estudo sobre notícias de imprensa norte-americana que “o medo é o elemento chave para a criação de uma “sociedade

de risco”, organizada em torno da comunicação orientada para o policiamento, o controlo e a prevenção de riscos, e as crianças são uma importante parte desses esforços de policiamento” (2002: 247). E acrescentava: “O que acontece a outros discursos, incluindo os da confiança, da comunidade e do companheirismo, em face do discurso do medo não é nosso tópico, mas certamente é merecedor de investigação.” (idem: 248).

Esse é um desafio também para esta agenda de pesquisa. A influência destes discursos noticiosos em crianças, jovens e adultos, nas suas considerações sobre o mundo e nos modos como se pensam enquanto pessoas, merece certamente mais investigação, a inscrever-se nos estudos dos *media* e do jornalismo e das ciências sociais e humanas.

Notas

¹ Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (POCI 2010), participado pelo fundo comunitário europeu Feder (Ref^a POCI/COM/60020/2004). Composto por uma equipa multidisciplinar, o Projecto envolveu análise de imprensa e de televisão e pesquisa junto de crianças e jovens de diferentes idades e meios sociais, sobre as suas considerações de notícia. A análise de imprensa incidiu sobre as peças sobre crianças e jovens (0-18 anos) publicadas em 2005 em quatro diários (Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Correio da Manhã). A discussão pública dos resultados, reuniu especialistas, fontes da infância e jornalistas, no I Seminário Infância, Cidadania e Jornalismo, co-organizado pelo Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), o Instituto de Apoio à Criança (IAC) e a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCCJR), em Novembro de 2007.

Veja-se *Putting Children in the Right*, de 2002, com sugestões de ângulos informativos e cuidados éticos no tratamento de matérias dos direitos das crianças. Esse documento e outros estão disponíveis no site MAGIC (*Media Activities and Good Ideas by, with and for Children*, da UNICEF http://www.unicef.org/magic/resources/resources_for_journalists.html)

² Ver artigo de Guilherme Canela, neste número da revista.

³ Não foi incluída a revista Xis publicada na edição de sábado do Público, nem a revista NS, de sábado, do DN. Se a segunda não se vocaciona para este tema, já a Xis era uma revista de aconselhamento com frequentes artigos sobre saúde, educação e bem-estar de crianças.

⁴ Foram excluídos anúncios de actividades dirigidas a crianças, sem tratamento jornalístico

⁵ Os valores para 2000 atribuídos a este tema reúnem a Criança Romântica, a Criança Olímpica e Nascimento e Eventos Insólitos

⁶ Foram incluídas apenas as peças que referiam a situação de abuso sexual vivida pelas crianças e jovens da Casa Pia, como depoimentos e testemunhos.

⁷ Ver artigo de Guilherme Canela, neste número da revista.

⁸ Ver artigo de Maria João Malho, Isabel Pato e Vítor Tomé, neste número da revista.

⁹ Na categoria do Risco Social aparece em quinto lugar um conjunto de peças que têm como alvo o sistema de protecção a crianças em risco.

Referências

- Almeida, A. N. d. (2000a). *Olhares sobre a Infância: Pistas para a Mudança*. Actas do Congresso Internacional Os Mundos Sociais e Culturais da Infância, Braga.
- Almeida, A. N. d. e M. M. Vieira (2006). *A escola em Portugal*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Altheide, D. L. (2002). "Children and the Discourse of Fear." *Symbolic Interaction* 25(2): 229-250.
- Beck, U. (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2002), *Individualization. Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, London, Sage.
- Castells, M. (1998), *O Fim do Milénio. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- Fairclough, N. (1995). *Media Discourse*. London: Edward Arnold
- Fowler, R. (1991). *Language in the News*. (3ª ed.) London, Routledge, 1994
- Freedman, S. (1996). Interview in Symposium II - Covering Children. *Children and the Media*. E. Dennis and E. C. Pease. New Brunswick, Transaction Publishers: 45.
- Giddens, A. (1991), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta, 1994.
- Goonasekera, A., Ed. (2001). *Children in the News: An Examination of the Portrayal of Children in Television and Newspapers in 13 Asian Countries*. Singapura, Asian Mass Communication Research and Information Centre.
- Hartley, J. (1998), "Juvenation: News, Girls and Power" In C. Carter, G. Branston & S. Allan (Eds.), *News, Gender and Power*, London Routledge, pp. 47-70.
- Jackson, S., & Scott, S. (1999), "Risk Anxiety and the Social Construction of Childhood" In D. Lupton (Ed.), *Risk and Sociocultural Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 87-107.
- Jempson, M. (2003). "Children and media - a global concern." Acedido a 28.09.2004.
- Kunkel, D. (1996). The News Media's Picture of Children. Internet Explorer, Children Now.
- Lits, M. (1996). *Récit, Médias et Société*. Louvain-la-Neuve, Academia Bruyillant
- Ponte, C. (2002). "Cobertura jornalística da infância: definindo a 'criança internacional'." *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 38, 61-77.
- Ponte, C. (2005), *Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- Prout, A. (2005), *The Future of Childhood*, London, Routledge.
- Rizzini, I. (2004), "Infância e globalização. Análise das transformações económicas, políticas e sociais" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 44, pp. 11-26.
- Silva, Marisa T. (2007). *As cartas do leitor do Público*. Lisboa: Livros Horizonte
- Sousa, D. (2006). A violência sexual contra crianças na imprensa: um estudo de caso sobre a mediatização "Casa Pia". Dissertação de mestrado, *Departamento de Ciências da Comunicação*, Universidade Nova de Lisboa.
- Valentine, G. (2004), *Public Space and the Culture of Childhood*, Ashgate.
- Van Leeuwen, T. (1997) A Representação dos Actores Sociais. In Emília Ribeiro Pedro (ed). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 169-222.

